26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

**ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**
**ISSN 2177-3688**

**GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades**

# LITERATURA INFANTIL AFROCENTRADA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM BIBLIOTECAS ESCOLARES

## *AFROCENTRIC CHILDREN'S LITERATURE AND PUBLIC POLICIES IN SCHOOL LIBRARIES*

**Tatiana de Almeida** – Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro/(UNIRIO)
**Camila de Fátima leal Rodrigues** – Universidade Federal Fluminense/(UFF)

**Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** A literatura infantil afrocentrada é tratada neste estudo como instrumento para a valorização da identidade, da cultura e da ancestralidade negra, contribuindo para a formação de crianças mais conscientes da diversidade étnico-racial e para o enfrentamento de estereótipos historicamente reproduzidos na sociedade brasileira. Nesse contexto, as bibliotecas escolares desempenham papel estratégico ao promover o acesso à informação, à leitura e à pluralidade de narrativas, favorecendo a construção de ambientes educativos comprometidos com a equidade e a justiça social. Este estudo, vinculado a uma pesquisa de mestrado sobre literatura infantil afrocentrada em bibliotecas escolares, tem como objetivo discutir as políticas públicas relacionadas à educação das relações étnico-raciais e sua interface com as bibliotecas escolares, refletindo sobre seus desdobramentos para a promoção da literatura afrocentrada. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, fundamentada na análise da legislação educacional e biblioteconômica brasileira, com destaque para as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. O trabalho aborda os marcos legais da educação antirracista, a crítica ao currículo eurocêntrico, a importância de currículos afrocentrados e a regulamentação das bibliotecas escolares, além de discutir a atuação da pessoa bibliotecária no letramento racial infantil. Conclui-se que a efetivação das políticas públicas depende da articulação entre legislação, formação profissional, desenvolvimento de acervos representativos e fortalecimento das bibliotecas escolares como espaços de promoção da diversidade e combate ao racismo.

**Palavras-chave**: literatura afrocentrada; bibliotecas escolares; políticas públicas; educação antirracista.

**Abstract:** This study treats Afrocentric children's literature as a tool for valuing Black identity, culture, and ancestry, thereby contributing to the development of children who are more aware of ethnic-racial diversity and helping to challenge stereotypes historically perpetuated in Brazilian society. In this context, school libraries play a strategic role by promoting access to information, reading, and a plurality of narratives, fostering educational environments committed to equity and social justice. Linked to a master's research project on Afrocentric children's literature in school libraries, this study aims to discuss public policies regarding ethnic-racial relations education and their intersection with school libraries, reflecting on the implications for the promotion of Afrocentric literature. It is a qualitative study based on a bibliographic and documentary review, grounded in an analysis of Brazilian educational and library science legislation—specifically Laws No. 10.639/2003 and No. 11.645/2008. The work addresses the legal frameworks of anti-racist education, critiques the Eurocentric curriculum, highlights the importance of Afrocentric curricula and school library regulations, and discusses the librarian's role in fostering racial literacy among children. The study concludes that the effective implementation of public policies depends on the coordination of legislation, professional training, the development of representative collections, and the strengthening of school libraries as spaces that promote diversity and combat racism.
**Keywords:** afro-centered literature; school libraries; public policies; anti-racist education.

## 1 INTRODUÇÃO

A literatura afrocentrada destaca-se por promover narrativas que valorizam a história, a cultura, a ancestralidade e o protagonismo de pessoas negras, rompendo com representações estereotipadas historicamente reproduzidas nos espaços educacionais e ampliando as possibilidades de identificação, pertencimento e reconhecimento para diferentes grupos sociais. Os autores Salles, Gomes, Santana *et al.* (2026) destacam a importância do desenvolvimento de coleções afrocentradas para romper com os estereótipos e ressignificar o negro no Brasil. Os autores acima mencionados defendem que a existência de um acervo afrocentrado possibilita que o usuário desenvolva sua identidade através do contato com títulos afrocentrados presentes no acervo.

Santos e Souza (2023) conceituam a literatura afrocentrada como um gênero que visa a promoção da representatividade e inclusão das concepções socioculturais africanas e afrodescendentes na literatura como romper os estereótipos e narrativas construídas por parte da sociedade privilegiada, a branca que apresenta o negro de forma negativa.

As bibliotecas escolares possuem função estratégica nesse processo, uma vez que são ambientes responsáveis pela democratização do acesso à informação, à cultura e à leitura, além de contribuírem para a formação de leitores críticos e conscientes. Martins (2024)

reforça a potência da biblioteca escolar na formação de leitores críticos e por este motivo deve possuir um acervo diverso, já que é um ambiente que deve representar o contexto da sociedade que está inserida. Tanus e Souza (2022) apontam que as bibliotecas são um ambiente multicultural e de resistência, já que através dos acervos auxiliam na formação de leitores. Silva e Silva (2022) discutem sobre a ausência de títulos com autoria negra nas bibliotecas e, consequentemente a propagação do pensamento branco hegemônico. Tal cenário evidencia a necessidade de fortalecimento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de coleções comprometidas com a educação antirracista e com a promoção da diversidade étnico-racial. Há também a necessidade de políticas públicas voltadas à capacitação continuada dos profissionais da informação e manutenção dos acervos afrocentrados.

O racismo estrutural que marca a sociedade brasileira manifesta-se também no ambiente escolar e nos acervos das bibliotecas, espaços nos quais, historicamente, a presença de personagens negros foi escassa, estereotipada ou inexistente. Segundo Lélia Gonzalez (2020) o racismo estrutural atinge homens, mulheres, adultos e jovens de formas diferentes, com as mulheres negras estando na base da pirâmide de desigualdade. Entende-se o racismo estrutural como resultado da escravidão, já que esse momento na nossa história foi responsável pela forma como nossa sociedade foi estruturada, tendo como norte o racismo, no qual defende-se que pessoas pretas devem sempre ocupar espaços subalternos em nossa sociedade.

Diante desse cenário, os movimentos negros, em especial o Movimento Negro Unificado (MNU), foram protagonistas na luta por reconhecimento e por mudanças legislativas que assegurassem a valorização da história e da cultura africana e afro-brasileira na educação. Durante a ditadura militar, esse movimento esteve relacionado às ações de enfrentamento ao racismo e às violações dos direitos da população negra, bem como aos debates e às reivindicações que repercutiram na legislação e na Constituição Federal brasileira (Silva; Damasceno, 2026).

Segundo Valério (2014) os movimentos sociais negros são meios para discutir e promover a igualdade da população negra na sociedade por intermédio das reinvindicações, estratégias políticas e as ações propriamente ditas. As reivindicações eram pela criação e implementação de políticas públicas que valorizassem a história e a cultura afro-brasileira nos

currículos escolares do país (Pereira, 2011; Santos; Santana, 2023). Desse processo resultaram marcos legais como a Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008) para incluir também a temática indígena.

Este estudo é parte de uma pesquisa de mestrado mais ampla sobre literatura infantil afrocentrada em bibliotecas escolares. Parte-se da premissa de que a legislação antirracista, embora represente um avanço normativo, não garante por si só a transformação das práticas pedagógicas e biblioteconômicas, sendo necessário articular lei, formação profissional e infraestrutura das bibliotecas escolares.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo discutir, a partir de revisão da literatura, as políticas públicas relacionadas à educação das relações étnico-raciais e à biblioteca escolar, além de refletir sobre seus desdobramentos para a promoção da literatura infantil afrocentrada como instrumento de construção identitária e de combate ao racismo.

## 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, desenvolvida por meio de revisão de literatura de caráter bibliográfico e documental. A revisão bibliográfica abrangeu produções acadêmicas, como artigos, livros, dissertações e teses, voltadas à educação das relações étnico-raciais, à literatura infantil afrocentrada e às bibliotecas escolares, ao passo que a análise documental incidiu sobre o conjunto normativo composto pela Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), pela Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008), pela Lei nº 12.244/2010 (Brasil, 2010) e pela Lei nº 14.837/2024 (Brasil, 2014), bem como pelas diretrizes curriculares nacionais correlatas e pelo Manifesto IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares.

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) e *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), com o objetivo de levantar referências sobre os seguintes temas: biblioteca escolar, literatura infantil afrocentrada, letramento racial com recorte temporal dos últimos dez anos.

## 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A utilização de uma literatura com narrativas positivas permite que o leitor construa uma identidade e autoestima positiva.

> Ao esconder a presença da criança negra, a literatura infantil impede a construção de imagens e representações positivas da negritude, e, por outro lado, encaminha as leitoras da mesma etnia para a identificação com o grupo branco, sempre representado de forma positiva. Imagens e palavras constroem ou desconstroem identidades étnicas (Arena; Lopes, 2013, p. 1149-1150).

Destacamos desta forma, o quanto a criação da lei 10.639/2003 (Brasil, 2003) referente a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino públicas e privadas para a desconstrução do racismo estrutural. Almeida (2019) destaca que o racismo é estrutural pelo fato de estar atrelado a organização política e econômica do nosso país. É uma manifestação de parte da sociedade privilegiada que propaga a desigualdade, preconceito e violência de forma natural.

## 3.1 MARCO LEGAL ANTIRRACISTA E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), regulamentada pelo Parecer CNE/CP 03/2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004) e pela Resolução CNE/CP 01/2004 (Brasil, 2004), constituiu marco legal, político e pedagógico de reconhecimento das influências africanas na formação da sociedade brasileira e do protagonismo da população afro-brasileira nessa construção. A lei estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas instituições públicas e privadas, sendo posteriormente ampliada para incorporar também a temática indígena por meio da Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008). Tais leis funcionam como instrumentos normativos que orientam o papel de profissionais da educação e da informação nos movimentos antirracistas, ao mesmo tempo em que estimulam a reflexão e a intervenção contra o racismo e as discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas no cotidiano escolar.

A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), associada à Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), exemplifica o esforço de Política Pública para a redução da desigualdade racial, ainda que a passos lentos, já que passadas mais de duas décadas de sua promulgação, sua efetivação plena nas escolas permanece incompleta. O não cumprimento da lei prejudica toda a busca por valorização da pluralidade étnico-racial dentro da escola, já que a educação antirracista e luta por equidade racial precisa estar presente nesse ambiente (Lima; Plaster; Schutz-Foerste, 2022).

Dentre tantos motivos que dificultam o ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar no Brasil é a falta de formação adequada para os profissionais da educação, ou seja, a lei precisa ser respeitada e aplicada também nas instituições de ensino superior (Pereira,2016; Rodrigues, 2021).

Nesse sentido, Nunes (2016) chama atenção para o modo como o racismo apaga a presença de corpos negros mesmo nos ambientes em que eles se encontram, reforçando sentimentos de exclusão e não pertencimento em crianças negras na escola. A literatura afrocentrada surge, nesse contexto, como recurso que corrobora a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), entendida por Flávia Carolina Silva (2020) como percurso que permite às crianças negras construir uma identidade positiva em relação a si e aos seus, sendo uma educação dirigida a toda a sociedade, e não apenas à população negra.

A efetivação dessas leis depende, contudo, da formação continuada de professores e bibliotecários, de modo que tenham embasamento para abordar a temática racial em sala de aula e no ambiente biblioteconômico. A implementação da Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) representa uma vitória dos movimentos negros, mas sua excelência depende do conhecimento e do engajamento dos profissionais da educação e da informação, o que evidencia a necessidade de que as universidades incorporem a temática étnico-racial em suas grades curriculares, tanto em disciplinas obrigatórias quanto optativas.

## 3.2 CURRÍCULO EUROCÊNTRICO E A PROPOSTA DE UM CURRÍCULO AFROCENTRADO

Moreira e Vinal Júnior (2025) destacam que o currículo eurocentrado marginaliza as narrativas africanas e afro-brasileiras e perpetua estereótipos sobre suas contribuições à sociedade, em um processo associado à colonização cultural que ainda reverbera nas práticas pedagógicas contemporâneas. Pinheiro (2023) reforça que o racismo estrutural brasileiro faz com que o ambiente escolar reproduza um padrão de branquitude, ainda que essa reprodução não signifique a impossibilidade de superação dessas estruturas por meio do sistema educacional formal.

Em contraposição a esse modelo, autores como Akbar (1984) e Nilma Gomes (2012) defendem a construção de um currículo afrocentrado, capaz de oferecer visão mais abrangente e precisa da história e da cultura africana, contribuindo para a autoestima e a identidade positiva de alunos afrodescendentes. Gomes (2012) também destaca a necessidade de decolonizar os currículos, dialogando entre escola, currículo e realidade social.

Já Elisângela Gomes (2016), no campo da Biblioteconomia, discute a afrocentricidade como chave para pensar as relações étnico-raciais no contexto da biblioteca. Moreira e Vinal Júnior (2025) acrescentam que o currículo afrocentrado é ferramenta para o fortalecimento da cidadania da população negra, ao resgatar a história africana.

### 3.3 BIBLIOTECA ESCOLAR, POLÍTICAS PÚBLICAS E LITERATURA AFROCENTRADA

No campo específico das bibliotecas escolares, a Lei nº 12.244/2010 (Brasil, 2010) determinou a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino públicas e privadas, estabelecendo acervo mínimo proporcional ao número de alunos e a presença de bibliotecário registrado em conselho profissional, com prazo de dez anos para adequação (Brasil, 2010). Infelizmente a prática não foi realizada sendo necessário a elaboração de uma nova lei que alterasse a anterior de forma positiva. A Lei nº 14.837/2024 (Brasil, 2024) alterou a lei da Universalização das bibliotecas, onde ocorreu modificação da definição de biblioteca escolar redefinindo-a como equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, instituindo o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) com o objetivo de fortalecer a implantação e o funcionamento adequado dessas bibliotecas em todo o país. Essa alteração de certo modo potencializa a literatura infantil afrocentrada, já que tem como objetivo contribuir para que a ação bibliotecária seja um instrumento do trabalho educativo, buscando o desenvolvimento humano (Farias; Britto, 2025).

Em consonância com esse movimento normativo nacional, o Manifesto IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares (International Federation of Library Associations and Institutions, 2025) e as Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar definem a biblioteca escolar como espaço de aprendizagem, físico e/ou digital, voltado a atender às necessidades informacionais de alunos, professores e demais membros da comunidade escolar, devendo ser gerido por profissionais de biblioteca capazes de promover leitura, pesquisa, literacia informacional e digital, pensamento crítico, criatividade e cidadania. Apresentam as transformações oriundas do acesso e utilização das tecnologias e como deve ser utilizada como ferramenta para uma educação inclusiva e de qualidade. Esses documentos reforçam que os programas de biblioteca escolar devem assegurar acesso equitativo à informação e ao conhecimento, sem restrições de idade, gênero, etnia, religião ou condição socioeconômica, atuando como instrumento de educação inclusiva e de qualidade

Diante desse quadro, a presença de literatura infantil afrocentrada nas bibliotecas escolares, amparada pela Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), pela Lei nº 12.244/2010 (Brasil, 2010) e pela Lei nº 14.837/2024 (Brasil, 2024), configura-se como política pública em sentido amplo; não apenas a existência da norma, mas sua efetivação cotidiana por meio de acervos, mediação de leitura e formação de bibliotecários comprometidos com a equidade racial.

Segundo Tatiane Helena Salles e Luciana Gracioso (2024) a biblioteca pode e deve colaborar com a prática em si das leis 10.639/03 (Brasil, 2003) e 11.645/08 (Brasil, 2008) atuando contra o racismo e preconceito dos povos vistos como inferiores. A inserção de títulos que os representem positivamente é um ato necessário visando respeito e valorização. Neste sentido, Ana Cláudia Mayer, José Cláudio Matos e Franciéle Silva (2024) discorrem sobre o papel da biblioteca escolar no processo de letramento étnico-racial e na reparação histórica do povo negro, já que esse ambiente pode oferecer através do seu acervo obras que tratam sobre a temática antirracista.

## 4 A ATUAÇÃO DA PESSOA BIBLIOTECÁRIA NO LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO

Se as políticas públicas e o currículo afrocentrado fornecem o arcabouço legal e teórico para a educação das relações étnico-raciais, é a pessoa bibliotecária quem, no cotidiano da biblioteca escolar, traduz esse arcabouço em prática efetiva. Esse profissional assume papel central na promoção do letramento racial, atuando como mediador entre a informação e os usuários; no contexto da infância, essa atuação ganha relevância ainda maior, pois é justamente nessa fase que se constroem identidade e valores. Cabe à pessoa bibliotecária selecionar, organizar e disponibilizar obras literárias e recursos informacionais que representem de forma positiva e autêntica a cultura e a história afro-brasileira, além de desenvolver atividades de mediação de leitura, contação de histórias e oficinas que estimulem a reflexão crítica sobre questões raciais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Para Cardoso (2026) o letramento racial engloba práticas que visam a aprendizagem dos saberes e cultura africana e afro-brasileira e o seu compartilhamento, dessa forma o indivíduo terá conhecimento sobre a história tendo meus para construir seu próprio entendimento acerca da história.

Ribeiro, Silva e Bortolini (2025) destacam que a ação da pessoa bibliotecária possui, além de suas funções técnicas, um perfil político e de responsabilidade social, na medida em

que esse profissional tem a informação e o conhecimento como ferramentas de trabalho e pode fomentar o consumo de conteúdos que contribuam para um país mais igualitário.

Flávia Silva (2020) reforça que o desenvolvimento de uma coleção voltada a educação antirracista, permite que a biblioteca além de local de busca e recuperação de informação também seja um ambiente que estimule o debate voltado para a temática, visando construção de um novo olhar sobre esse povo preto e desconstrução de anos de superioridade.

Vieira e Santos (2023) destacam a importância da formação da pessoa bibliotecária em relação ao letramento racial, de modo que esse profissional consiga entender e interpretar os atos racistas que ocorrem na sociedade.

E quando falamos diretamente sobre ações e reflexões sobre o racismo e as relações étnico-raciais, precisamos apresentar a expressão Letramento racial crítico. Ferreira (2022) destaca que esse letramento objetiva reflexão sobre raça e racismo. Através de informação, permite que cada indivíduo entenda como raça e racismo são vistos e tratados na nossa rotina e, o quanto impactam na construção de identidade, nas oportunidades, nas relações sociais, ou seja, na vida. Por este motivo o letramento racial crítico visa fornecer subsídios para termos uma sociedade igualitária, justa e com equidade.

## 4.1 LETRAMENTO RACIAL, BRANQUITUDE E A DESVALORIZAÇÃO DE SABERES NÃO EUROCÊNTRICOS

Subjacente à exclusão de autores e saberes negros dos espaços de informação está uma hierarquização que privilegia o conhecimento de molde eurocêntrico, validado pela tradição escrita e pela revisão por pares, em detrimento de saberes de tradição oral. Silva e Chariglione (2025) observam que essa hegemonia deslegitima outras formas de conhecimento, desconsiderando que premissas tidas como universais podem não se aplicar a realidades distintas da europeia. Em consequência, tradições africanas, indígenas e de outras culturas não eurocêntricas tendem a ser desvalorizadas e reduzidas à condição de crença ou folclore, em contraste com o estatuto de rigor atribuído ao conhecimento científico (Bernardino-Costa, 2018; Warner; Brown, 2011).

Fanon (2022) discute as diversas formas de violência sofridas pela população negra desde a escravidão, processo que submeteu esse povo à exploração e à subalternidade, impondo-lhe uma inferioridade racial construída pelos brancos: ao sequestro físico somou-se

o sequestro da identidade, do dialeto, da cultura e da autoestima de indivíduos que, naquele momento histórico, não eram reconhecidos como seres humanos.

Nesse sentido, o letramento racial constitui-se como ferramenta para compreender a teoria da branquitude e os privilégios dos quais as pessoas brancas usufruem em detrimento da população negra, privilégios frequentemente naturalizados e usufruídos sem questionamento ou senso de culpa. Bento (2022) sintetiza esse diagnóstico ao afirmar que o problema não é dos negros, mas das relações entre negros e brancos, sustentadas por uma supremacia incrustada na branquitude. Por meio das contribuições de intelectuais negros, o letramento racial aborda a formação histórica da sociedade brasileira a partir do período escravocrata e das relações sociais estabelecidas nesse contexto, bem como seus desdobramentos nas desigualdades e nas estruturas raciais que permanecem na sociedade contemporânea. Nesse sentido, o letramento racial possibilita a análise crítica das relações raciais e das narrativas que participam da construção e da interpretação da sociedade.

## 4.2 CURRÍCULO DECOLONIAL E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NA INFÂNCIA

A discussão sobre formação profissional articula-se diretamente com a defesa de um currículo decolonial voltado à infância. Nilma Gomes (2012) argumenta que a ampliação do acesso à educação, a universalização da educação básica e a democratização do ingresso nas universidades permitiram que indivíduos historicamente marginalizados, rotulados como destituídos de inteligência, negligenciados e inferiorizados, passassem a ocupar espaços antes restritos a poucos, ressaltando a importância da Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) nesse processo de decolonização dos currículos escolares. Nilma Gomes (2012) aponta que descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar bem como a necessidade da formação de profissionais da educação reflexivos sobre as culturas que foram silenciadas. Franciéle Silva (2019) corrobora essa perspectiva ao defender a implementação de um currículo decolonial já na educação infantil, de modo a evitar distorções na construção da identidade das crianças negras, uma vez que a estrutura curricular tradicional reflete uma visão de soberania e superioridade da branquitude, perpetuando estereótipos e desigualdades. Passos e Pinheiro (2021) acrescentam que o eurocentrismo presente nos currículos impacta negativamente a formação identitária das crianças negras, reforçando hierarquias raciais e excluindo narrativas essenciais à valorização de suas origens e culturas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão teórica apresentada permite afirmar que o arcabouço legal brasileiro relativo à educação das relações étnico-raciais e às bibliotecas escolares avançou, de certa forma, desde a promulgação da Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), passando pela inclusão da temática indígena com a Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008), pela universalização das bibliotecas escolares com a Lei nº 12.244/2010 (Brasil, 2010) e, mais recentemente, pela instituição do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares com a Lei nº 14.837/2024 (Brasil, 2024). Tais marcos legais constituem instrumentos fundamentais de reconhecimento e valorização da população negra e indígena na construção da sociedade brasileira.

Entretanto, como evidenciam os autores discutidos, a existência da norma não é suficiente para transformar práticas pedagógicas e biblioteconômicas historicamente ancoradas em um currículo eurocêntrico. A permanência do racismo estrutural nos espaços escolares, somada à formação ainda insuficiente de professores e bibliotecários para lidar com a temática étnico-racial, limita a efetivação plena dessas políticas. A discussão sobre a atuação da pessoa bibliotecária reforça esse ponto: a hierarquização epistêmica que desvaloriza saberes não eurocêntricos e as lacunas curriculares dos próprios cursos de Biblioteconomia mostram que a mediação da literatura infantil afrocentrada depende de profissionais cuja formação ainda carece de letramento racial consistente. Nesse sentido, o currículo afrocentrado e a literatura infantil afrocentrada surgem como caminhos teoricamente fundamentados para a construção de identidade positiva entre crianças negras e para a desconstrução de estereótipos entre a sociedade como um todo.

Conclui-se, portanto, que a biblioteca escolar, fortalecida normativamente pelas leis de universalização e pelo Manifesto IFLA-UNESCO, ocupa papel estratégico na articulação entre política pública e prática cotidiana, podendo se consolidar como espaço privilegiado de acesso à literatura infantil afrocentrada. Para tanto, mostra-se necessário investir na formação continuada de bibliotecários e educadores, na ampliação e qualificação dos acervos escolares e na cobrança pela efetiva implementação das leis já existentes, de modo que a Educação das Relações Étnico-Raciais deixe de ser exceção pontual e se torne compromisso permanente da escola brasileira.

## REFERÊNCIAS

AKBAR, N. **Breaking the chains of psychological slavery**. [S. l.]: Mind Productions & Associates, 1984.

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ARENA, Dagoberto Buim; LOPES, Naiane Rufino. PNBE 2010: personagens negros como protagonistas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1147-1173, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/Z93k8kw9xxHJDwsxzb6v8BD/?format=html&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 6 set. 2026.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 33, n. 1, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/HBdmnKdkjFRXkWq9m6Ft8kP/abstract/?lang=pt. Acesso em: 05 nov. 2026.

BORTOLIN, Sueli; SILVA, Rovilson José da. Ensino da literatura infantojuvenil na graduação e pós-graduação em ciência da informação. **REBECIN**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 124-137, 2015. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/34. Acesso em: 05 nov. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 3 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024. Altera a Lei nº 12.244/2010 para criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm. Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Estabelece diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, DF: MEC,

[2004]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

CARDOSO, Francilene do Carmo. Seleção de literatura infantojuvenil africana e afro-brasileira para biblioteca escolar: um olhar para editoras e livrarias especializadas no tema. **Biblionline**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 99-113, 2026. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4775.2026v22n2.77772. Acesso em: 3 set. 2026.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FARIAS, Fabíola Ribeiro; BRITTO, Luiz Percival Leme. A biblioteca escolar na lei e para além da lei: uma análise. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 21, n. 52, e16021, 2025. DOI: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v21i52.16021. Acesso em: 5 set. 2026.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Letramento racial crítico. *In*: MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva; SOUSA, Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de (org.). **Suleando conceitos e linguagens**: decolonialidades e epistemologias outras. Campinas: Pontes, 2022. p. 207-214.

GOMES, Elisângela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov. 2016. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1216. Acesso em: 14 out. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, [*s. l.*], v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: https://curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 4 set. 2026.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. [*S. l.*]: IFLA, 2016. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares**. Tradução de Neusa Dias de Macedo. [*S. l.*]: IFLA, 2000. Disponível em: http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf. Acesso em: 9 mar. 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares 2025**. [S. l.]: IFLA, 2025. Disponível em: https://www.ifla.org/g/school-libraries/ifla-unesco-school-library-manifesto-2025/. Acesso em: 15 dez. 2025.

LIMA, Kelly Cristina Soares; PLASTER, Josiane Arnholz; SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda M. A atualidade de Paulo Freire no “grito” sufocado dos oprimidos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, 2022. Disponível em: https://revistas.uepg.br. Acesso em: 5 set. 2026.

MARTINS, Leoneide Maria Brito. A biblioteca escolar como espaço de educação antirracista: a formação de acervos com representatividade étnico-racial. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2024, [*S. l.*]. **Anais** [...].

[*S. l.*]: FEBAB, 2024. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3582/2905. Acesso em: 6 set. 2026.

MAYER, Ana Cláudia Lopes; MATOS, José Claudio; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Acervo afro-referenciado na biblioteca escolar: construindo sociedades antirracistas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais** [...]. [*S. l.*]: ANCIB, 2024. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/1677. Acesso em: 05 nov. 2026.

MOREIRA, Meyre Ane Sampaio; VINAL JÚNIOR, José Veiga. Currículo afrocentrado como ferramenta de fortalecimento da cidadania negra: desafios e perspectivas para uma educação antirracista. **Revista Ouricuri**, Juazeiro, v. 15, n. 1, 2025. Disponível em: https://revistas.uneb.br/ouricuri/article/view/22776/15332. Acesso em: 5 dez. 2025.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. Cadê as crianças negras que estão aqui?: o racismo (não) comeu. **Latitude**, Maceió, v. 10, n. 2, p. 383-424, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313139655_Cade_as_criancas_negras_que_estavam_aqui_O_racismo_nao_comeu. Acesso em: 14 out. 2025.

PASSOS, Maria Clara Araujo dos; PINHEIRO, Barbara Carine Soares. Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018-2020). **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 7, n. 1, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356367388_Do_epistemicidio_a_insurgencia_o_curriculo_decolonial_da_Escola_Afro-Brasileira_Maria_Felipa_2018-2020. Acesso em: 05 nov. 2026.

PEREIRA, Amilcar Araujo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela "reavaliação do papel do negro na história do Brasil". **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 17, p. 25-45, 2011. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/cadernoshistoria/issue/view/179. Acesso em: 5 set. 2026.

PEREIRA, Amilcar Araujo. O movimento negro brasileiro e a Lei nº 10.639/2003: da criação aos desafios para a implementação. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br. Acesso em: 4 set. 2026.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RIBEIRO, Odilia Barbosa; SILVA, Rovilson José da; BORTOLINI, Sueli. Literatura infantil e protagonismo negro: mediação na biblioteca escolar. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.138792. Acesso em: 11 mar. 2025.

RODRIGUES, Marília Renata Félix. Ensinar Brasil-África: reflexões sobre formação docente para a Lei 10.639/03 na licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco. **Revista Ensinar**, [*s. l.*], v. 13, n. 38, p. 199-211, 2021. Disponível em: https://abpnrevista.org.br. Acesso em: 5 set. 2026.

SALLES, Tatiane Helena Borges de; GRACIOSO, Luciana de Souza. Do letramento informacional para o letramento racial: a presença da pluridiversidade no acervo. *In*:

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2024, [S. l.]. **Anais** [...]. [*S. l.*]: FEBAB, 2024. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3202/3207. Acesso em: 17 fev. 2025.

SALLES, Tatiane Helena Borges *et al*. Vozes negras na biblioteca: uma experiência de fortalecimento da educação emancipatória. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2026, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: FEBAB, 2026. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2026/issue/view/18. Acesso em: 6 set. 2026.

SANTOS, Anna Vitória Macêdo dos; SOUZA, Elisabete Gonçalves. A presença da literatura antirracista nos acervos das bibliotecas escolares: um estudo de caso. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1-20, jan./dez. 2023. Número especial: Perspectivas étnico-raciais na Biblioteconomia e Ciência da Informação: abordagens contemporâneas. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/2075/1760. Acesso em: 9 mar. 2025.

SANTOS, Carlos Geilson Souza; SANTANA, José Valdir Jesus de. de. Das relações raciais à educação para as relações étnico-raciais no Brasil: alguns apontamentos. **Sertanias**: Revista de Ciências Humanas e Sociais, [*s. l.*], v. 3, n. 2, p. 1-19, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/368381506_Das_relacoes_raciais_a_educacao_para_as_relacoes_etnico-raciais_no_Brasil_alguns_apontamentos. Acesso em: 4 set. 2026.

SILVA, Flávia Carolina da. Educação das relações étnico-raciais na educação infantil: caminhos necessários para uma educação antirracista. **Revista da ABPN**, [*s. l.*], v. 12, n. 33, p. 66-84, 2020. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1003. Acesso em: 6 mar. 2025.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.). **Mulheres negras na Biblioteconomia**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SILVA, Rubens Alves. Da ausência à evidência: notas teórico-críticas sobre o princípio da ausência, epistemicídio e reparação epistêmica em bibliotecas e biblioteconomia. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 47-72, mar./ago. 2022. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/pt_BR/article/view/194447. Acesso em: 05 nov. 2026.

SILVA, Poliana Teixeira da; CHARIGLIONE, Isabelle Patrícia Freitas Soares. Intelectualidade negra brasileira: um estudo de revisão de literatura. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 23, n. 68, p. 362-383, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.17204229. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/7768. Acesso em: 8 nov. 2025.

SILVA, Ronald Lessa Rodrigues da; DAMASCENO, Rafael Pinheiro Caetano. A importância do Movimento Negro Unificado (MNU) no combate ao racismo no Brasil. **Congresso de Interdisciplinaridade do Noroeste Fluminense**, [*s. l.*], v. 8, n. 1, 2026. Disponível em: https://anais.eventos.iff.edu.br/index.php/coninfitaperuna/article/view/2137. Acesso em: 4 set. 2026.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C.; SOUZA, Gustavo Tanus Cesário de. Decolonizando os acervos das bibliotecas públicas: formação de coleções de literatura afro-brasileira. **Palabra Clave (La Plata)**, La Plata, v. 12, n. 1, e170, 2022. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/pdf/pacla/v12n1/1853-9912-pacla-12-1-e170.pdf. Acesso em: 4 set. 2026.

VALÉRIO, Erinaldo Dias. **Reflexões sobre movimentos sociais e informação**: a experiência do grupo de valorização negra do Cariri – GRUNEC. 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

VIEIRA, Sara da Cruz; SANTOS, Andrea Pereira. Integrando o letramento informacional ao letramento racial: ampliando o conhecimento e a consciência sobre a diversidade étnico-racial. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. [*S. l.*]: ANCIB, 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/258199. Acesso em: 3 mar. 2025.

WARNER, David F.; BROWN, Tyson H. Understanding how race/ethnicity and gender define age-trajectories of disability: an intersectionality approach. **Social Science & Medicine**, Oxford, v. 72, n. 8, 2011. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21470737/. Acesso em: 05 nov. 2026.